

ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor

Porto, 2017



VOLUME
III

edp

ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

COORDENAÇÃO

Pedro C. Carvalho

Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

edp

Porto, 2017

VOLUME
III

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua
(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Pedro C. Carvalho
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Luís Filipe Coutinho Gomes
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Arqueohoje, Lda.
João Nuno Marques
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Palimpsesto, Lda.

AUTORES

Alejandro Beltrán Ortega
Ana Rita Rocha
Armando Redentor
Carlos Duarte
Catarina Tente
Damián Romero Perona
Dulcineia B. Pinto
Elisabete Pereira
F. Javier Sánchez-Palencia
Fabiola Franco Pires
Fernando Cerqueira Barros
Joana Castro Teixeira
João Paulo Barbosa
José Antonio López Sáez
Juan Luis Pecharrormán Fuente
Lois Ladra
Manuel António Pereira Couto
Manuel Abrunhosa
Marcos Osório
Marta Azevedo
Miguel Cipriano Costa
Mónica Ruiz Alonso
Natália Fauvrelle
Nuno Miguel Ferreira
Nuno Silveira
Pedro C. Carvalho
Rui Pedro Barbosa
Sofia Tereso
Telmo Salgado

DESIGN GRÁFICO e PAGINAÇÃO

João Pedro Rato e Luís Ferreira

EDIÇÃO

EDP, S.A.
Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859 – 4250-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt
geral@edicoesafrontamento.pt

IMPRESSÃO

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

ISBN

978-972-36-1602-6

DEPÓSITO LEGAL

431538/17

DISTRIBUIÇÃO

Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

TIRAGEM

1500 exemplares

PORTO, 2017

ÍNDICE

ESTUDOS SETORIAIS (Volume I)

4	00 Prefácios
10	01 Introdução (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques)
18	02 Áreas de estudo, objetivos e metodologias (Pedro C. Carvalho)
46	03 Pré-história (Joana Castro Teixeira)
170	04 Proto-história (Dulcineia B. Pinto)
240	05 Época Romana (Pedro C. Carvalho)

ESTUDOS SETORIAIS (Volume II)

4	06 Alta Idade Média (Catarina Tente)
58	07 Idade Média (Ana Rita Rocha)
126	08 Época Moderna e Contemporânea (Manuel António Pereira Couto)
244	09 Etnologia (Lois Ladra)

AÇÕES ESPECÍFICAS E PARTILHADAS (Volume III)

4	10 Sistemas de informação geográfica (Marcos Osório, Telmo Salgado)
60	11 Geologia (Manuel Abrunhosa)
78	12 Mineração antiga (F. Javier Sanchez-Palencia, Damián Romero Perona, Alejandro Beltrán Ortega e Juan Luis Pecharrormán Fuente)
124	13 Palinologia e antracologia (José Antonio López Sáez, Mónica Ruiz Alonso, Joana Castro Teixeira)
138	14 Geoarqueologia (Catarina Tente e Carlos Duarte)
146	15 Arqueogeografia (Miguel Cipriano Costa)
178	16 Epigrafia romana (Armando Redentor)
208	17 Numismática romana (João Paulo Barbosa)
230	18 Arquitetura e território (Fabiola Franco Pires e Fernando Cerqueira Barros)
308	19 Paisagem agrícola (Natália Fauvrelle e Rui Pedro Barbosa)
366	20 Plano de salvaguarda (Rui Pedro Barbosa, Elisabete Pereira, Marta Azevedo, Nuno Silveira e Nuno Miguel Ferreira)
392	21 Conclusão (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques)

Agradecimentos: Alexandre Lima, Amílcar da Conceição Rodrigues, Ana Cristina Ramos, Ana Rita Ferreira, Ana Teresa Peixinho, Anabela Peres, Antónia Tinturé, António Felício, António Sá Gué, António Vallejo Paes, Carla Rosa, Carlos Carvalho Dias, Carlos Cunha, Carlos d'Abreu, Carlos Delgado, Carlos Pinto Moreira de Sá, Carolina de Goes, Célia Quintas, Cristiano Morais, Dário Antunes, David Ferreira, Diogo Guedes Ferreira, Eduardo Beira, Elisabete Santos, Emília dos Anjos Mota, Fernando Barbosa, Fernando R. Santos, Francisco Queiroz, Helena Pontes, Joana Leite, Luís Pereira, Firmino Normando Vilares, Gualter Viriato Esteves, Hélder José Amorim da Silva, Inês Vasconcelos, Isidro Gomes, João Guedes, João Monteiro, João Madeira, João Paulo Avelãs Nunes, Joaquim Folhento, Joaquim Pêra, José Carlos Boura, José Carlos Reigadas, José Francisco Ferreira Queiroz, José Luciano Nascimento, José Ruivo, Liliana Benites Carvalho, Luciano Vilas Boas, Lucília do Céu, Luís Pereira, Maria de Jesus Sanches, Maria João Moita, Maria Laurinda Esteves, Maria Manuela Batista Assunção, Miguel Rodrigues, Nádia Figueira, Nuno Brito Jorge, Nuno Portal, Octávio Ribeiro, Patrícia Costa, Patrícia Rafaela Silva, Paulo dos Santos, Pedro Baptista, Pedro Cruz, Pedro Cunha, Pedro Rafael Morais, Profissionais alocados à obra da EDP Produção, da Fiscalização (Consórcio Fase-Gibb), da Coordenação de Segurança em Obra (Tabique), da Coordenação e Integração Ambiental (Profico Ambiente) e do Empreiteiro Geral (Foz Tua A.C.E.), Rui Santo, Sara Luísa Marques da Cruz, Sara Prata, Shawn Parkhurst, Sofia Lacerda, Sofia Tereso, Teresa Soeiro, Tiago Pereira e Xerardo Pereira.

Associação Cultural e Social do Amieiro, Associação Santo Mamede, Beta Analytic Limited, Biblioteca do Museu do Douro (Régua), Bibliotecas Municipais de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Vila Flor e Mirandela, Casa-Museu Maurício Penha (Sanfins do Douro), CEMUP - Centro de Materiais da Universidade do Porto, CICA - Centro de Interpretação do Castelo de Ansiães, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Foto Morais (Alijó), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto Internacional de Investigaciones Prehistóricas de Cantabria, Junta de Freguesia de Caravelas, Municípios de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor.



21

CONCLUSÃO

Pedro C. Carvalho

Luís Filipe Coutinho Gomes

João Nuno Marques



Fot. 1: Serra de Faro e Nossa Senhora da Assunção (vistas de sudeste: Vila Flor), sobranceiras ao vale do Tua e voltadas à bacia de Mirandela. (© P.C. Carvalho)

O ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA APONTAMENTOS FINAIS

O Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua projetou-se como uma investigação interdisciplinar e cruzada na longa diacronia. Investigação interdisciplinar, na medida em que diferentes disciplinas trabalharam em conjunto, de forma articulada, com o intuito de conseguir uma visão integrada do Passado, produzindo conhecimento de natureza histórica e etnológica relevante. Diacrónica porque, na verdade, esta investigação cruzou um tempo muito longo, desde a Pré-História Antiga à Época Contemporânea.

O vale do rio Tua, o estudo do Homem e do Território, constituiu o fio condutor que uniu esta investigação. Porém, este objeto central de estudo, embora trabalhado em conjunto, acabou por ser alvo de abordagens diferenciadas, resultantes da natureza específica de cada época ou temática, mas também do próprio posicionamento epistemológico distinto e, em certa medida, autónomo que cada investigador assumiu. De todo o modo, no quadro das convergências

metodológicas estabelecidas, é possível identificar uma linha narrativa contínua e comum a todos os estudos, orientada sempre em torno do Vale do Tua e da forma como este território foi ocupado e explorado pelo Homem ao longo do tempo.

Os resultados desta investigação encontram-se expressos nos diferentes estudos que compõem esta obra. Se os procurássemos resumir, em jeito de conclusão, ficaríamos sempre muito aquém da sua riqueza e variedade. Podemos, todavia, destacar e sintetizar um ou outro ponto dos *Estudos Setoriais* de âmbito histórico: o recuo (comprovado arqueologicamente) ao Paleolítico Médio (ou mesmo Inferior) da ocupação humana do vale do rio Tua e o modo como este espaço se estruturou na Pré-História Recente; os modelos de povoamento e de gestão de recursos na Proto-História, assim como as continuidades e descontinuidades então verificadas em termos de estratégias de ocupação deste território, numa época marcadamente de transição; um tempo

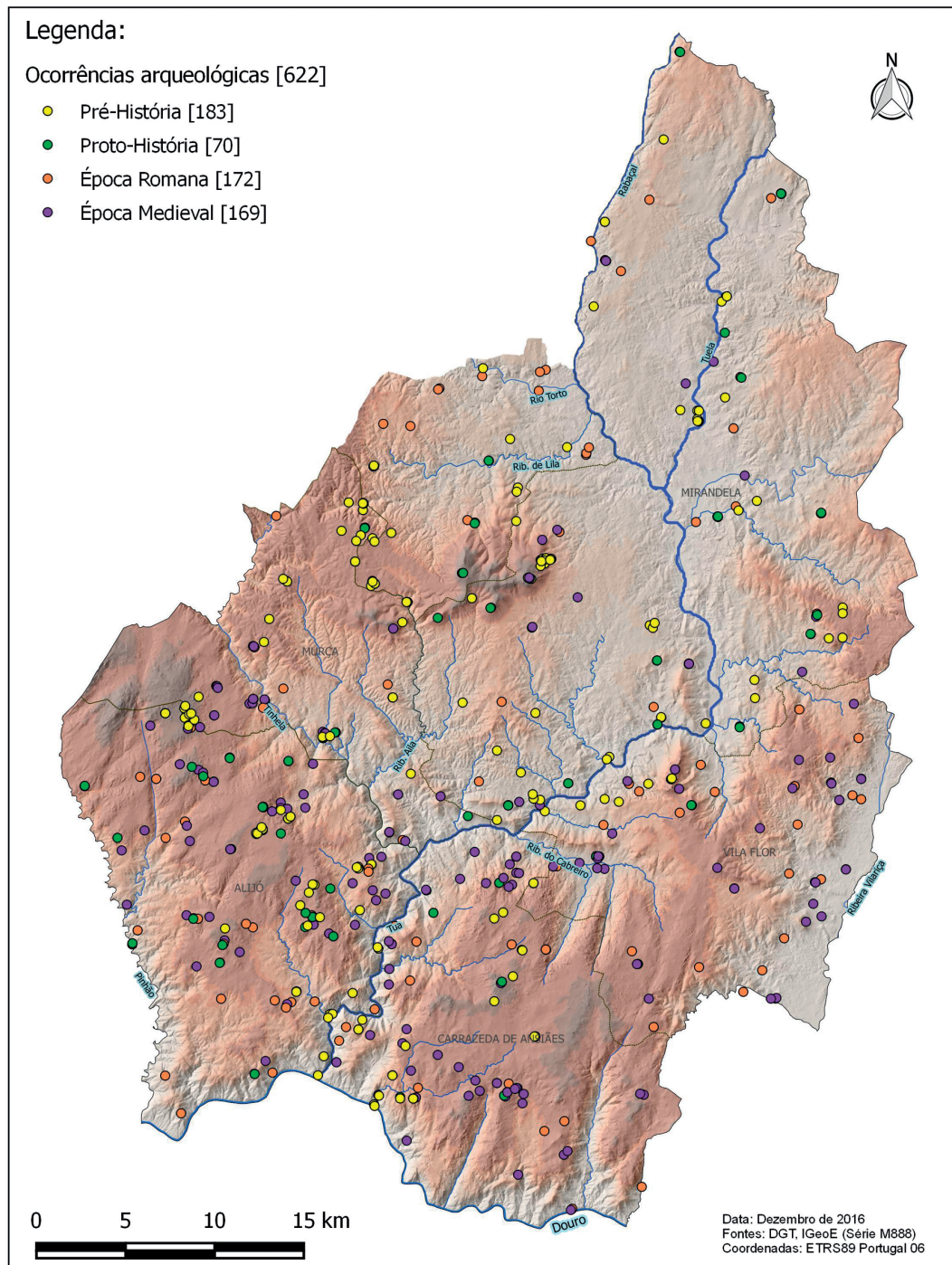


Fot. 2: Povoado pré-histórico do Castelo de Pereiros, sobranceiro à atual aldeia de Pereiros (Carrazeda de Ansiães). (© P.C. Carvalho)

novo, carregado de transformações (e de readaptações do passado), que surge com a integração no Império Romano destas comunidades inscritas nos confins de duas das províncias da *Hispania*; a posição de fronteira que esta região continuou a assumir na Alta Idade Média, num tempo marcado pelo aparecimento das primeiras igrejas e paróquias e das primeiras cartas de foral do atual território português; a formação, a partir do séc. XII, da rede concelhia, da rede de fortificações e da nova rede paroquial (em constante inter-relação com as políticas régias de povoamento das áreas isoladas transmontanas), estando inclusivamente na origem de divisões administrativas atuais; o modo como esta paisagem rural continuou a estruturar-se em Época Moderna / Contemporânea, com realce para o que melhor caracterizava as práticas, os usos e costumes das comunidades ribeirinhas do Tua – rio que, no seu curso inferior, continua então a mostrar-se como um acidente geográfico regionalmente fraturante. Estudo histórico que se complementa com o estudo etnológico, mediante um levantamento exaustivo e uma análise aprofundada de três dos principais aspetos que permitem caracterizar as relações Homem-Rio num passado recente e no presente: a pesca, a moagem e a travessia do Tua.

Os *Estudos Setoriais* foram potenciados pelos resultados alcançados nas *Ações Transversais e Específicas*. O estudo sobre a paisagem agrícola do Tua, centrado nas formas de armação do terreno, sintetizou algumas das características mais significativas desta paisagem do vale do Tua, revelando-o como um vale fortemente antropizado e um testemunho paisagístico único na paisagem duriense, classificada como Património Mundial pela UNESCO, em 2001 – o modo como os indicadores que o atestam foram registados exaustivamente no terreno encontra-se no texto

assinado pela equipa de arqueologia que acompanhou em permanência a obra (equipa afeta ao Plano de Salvaguarda do Património Cultural do AHFT). A ação específica “território e arquitetura” complementou e reforçou esta caracterização do vale ao retratar outra componente fundamental desta singular paisagem cultural: as suas aldeias e quintas, a forma como se implantaram no terreno e estruturaram o território, e a forma como a arquitetura tradicional se revela à escala do edificado (os modos de construir, os materiais utilizados e as respetivas técnicas construtivas). A partir de outro enfoque (arqueogeográfico), analisaram-se quer os grandes itinerários que cruzaram o tempo e o espaço, quer alguns parcelários rurais e a sua génese. O estudo geoarqueológico e micromorfológico dos socacos do Vale do Tua revelou, através também de estudos-caso, aspetos específicos das dinâmicas de ocupação e exploração dos solos. Enquanto as análises polínicas concorreram para um conhecimento um pouco mais fundamentado sobre a paleovegetação da região e sobre o modo como a cobertura arbustiva e arbórea se desenvolveu ao longo do tempo. O estudo geológico colaborou essencialmente com outros estudos, contribuindo para um melhor entendimento das relações entre as comunidades humanas e os recursos geológicos, entendendo estes numa perspetiva alargada. Outros estudos específicos, como o epigráfico e numismático, consolidaram a imagem que foi possível traçar para estas comunidades em Época Romana, sobretudo sob o ponto de vista, social, religioso, demográfico e económico. O mesmo se verificou com o estudo da mineração antiga, ao revelar a importância da exploração aurífera durante o Período Romano e o papel central que esta atividade assumiu em termos económicos, mas também ao nível da própria estruturação do povoamento e do seu tecido social.



Identificação das diferentes ocorrências arqueológicas, segundo a cronologia, no Vale do Tua



Mapa 1: Todas as ocorrências arqueológicas na área do EHEVT.



Fot. 3: Povoado fortificado de Crasto de Palheiros (Murça). (© P.C. Carvalho)

A sistematização e interligação de toda a informação reunida só foi possível no quadro de um Sistema de Informação Geográfica especialmente concebido para o EHEVT. Também sob o ponto de vista metodológico, consideramos que o protocolo adotado poderá constituir um referencial futuro para estudos similares. A criação de diversas bases de dados para os investigadores envolvidos, a escolha de plataformas de trabalho online para georreferenciação das ocorrências, assim como as múltiplas análises espaciais desenvolvidas de âmbito interpretativo, cruzando inclusivamente dados com cronologias e temáticas distintas, revelam bem as potencialidades deste sistema, tanto ao nível do armazenamento e gestão de dados, como em termos da análise dessa informação espacialmente georreferenciada, reforçando, assim, os resultados de toda a investigação interdisciplinar desenvolvida no quadro da obra do AHFT.

Os testemunhos arqueológicos de épocas mais recuadas são muito significativos em toda a bacia hidrográfica do Tua: desde as pinturas rupestres, pré-históricas, do Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães) e de Pala Pinta (Alijó), aos monumentos megalíticos existentes na Bacia de Mirandela ou no planalto do Pópulo, em Alijó, até aos inúmeros povoados fortificados pré e proto-históricos, como o de Crasto de Palheiros, em Murça, ou ainda os berrões de Torre de D. Chama (Mirandela) e Vila Flor. Igualmente frequentes foram os locais com vestígios de ocupação no Período Romano,

coincidindo frequentemente com lugares anteriormente ocupados, na Proto e mesmo na Pré-História. Povoados de altura, mas também quintas e casais implantados nas terras mais baixas, dispersas por um território repartido pelas províncias romanas da Lusitânia e da Tarraconense. Muitos destes lugares revelam sinais de uma continuidade de ocupação inscrita na Alta Idade Média, podendo esta ser até denunciada pelos lagares escavados na rocha que, por sua vez, invocam a ancestralidade das culturas da vinha e da oliveira na região. Entre os séc. IX e XI o Vale do Tua continuou a inscrever-se numa área de fronteira, agora de natureza política e militar, tendo então conhecido tempos conturbados. Só com as conquistas de Fernando Magno, a sul do Douro, no séc. XI (e a integração definitiva dos territórios entre o Douro e o Mondego na coroa leonesa), é que se consolida a reestruturação territorial e administrativa desta região. Os forais então concedidos ao Castelo Velho de Ansiães e a Linhares, precisamente por esse rei leonês, fortaleceram o povoamento e a lealdade das populações dessa linha de fronteira, anunciando um tempo novo, marcado pela implementação da rede concelhia e paroquial na região em torno do Tua – uma nova geografia política que se consolida nos séc. XII e XIII, mediante a concessão de diversos forais, como sejam o de Favaios (1211), Vila Chã (1217), Murça e Noura (1224), Alijó (1226) e S. Mamede de Ria Tua (1262). Outros tempos se seguiram, igualmente marcantes (e decisivos para compreendermos as paisagens rurais e urbanas que desenham hoje esta

extensa região centrada no Vale do Tua) e que sobretudo o estudo da documentação histórica e arquivística procurou relevar. Uma região de fronteira, de certa forma ligada a Castela, visível, nomeadamente, nas preocupações régias com a defesa militar da zona durante as guerras com Castela, no século XIV. Mas também como espaço periférico, muito afastado dos grandes centros de poder, revelado, desde logo, pelo povoamento e movimento concelhio, ao reforçarem a presença régia na zona, dotando de foros e costumes as comunidades e contribuindo assim para a sua organização. Uma região que continua a ser – desde sempre – essencialmente rural, ainda que encerre alguns focos socioeconómicos mais dinâmicos, coincidentes com importantes feiras medievais. Cenário que se mantém em Época Moderna. Embora continue então periférica e fortemente ruralizada (o que permitiu muitas sobrevivências), a rede viária mostra, por sua vez, que o Vale do Tua, também nesta época, era um espaço de confluência e transição com alguma importância no quadro de uma circulação regional mais ampla, como o revelam – quando a escala de análise se alarga às rotas “suprarregionais” (especialmente E-W) – os grandes itinerários da economia deste tempo. Em suma, foi com a Geografia e a História que esta paisagem centrada no Tua se desenhou.

Neste tempo longo que percorre a História da região do Tua observaram-se transformações, descontinuidades e ruturas. Mas também se observaram continuidades e adaptações. A sua Geografia, expressivamente vinculada pelo vale do rio Tua, mas também pelos vales profundos de outros rios, como o Pinhão e o Tinhela, e marcada por relevos que, irrompendo das terras aplanadas, se agigantam, como seja a Serra de Passos / Santa Comba, acompanha essa História e vincula-a às tais permanências que se observam. Muitos dos limites administrativos atuais não serão muito diferentes de ancestrais limites entre povos e territórios. Alguns, mesmo sem o sabermos (ou sem o conseguirmos comprovar), decalcarão esses limites, encontrando nessas antigas linhas de fronteira a sua origem ancestral. O planalto do Pópulo, voltado às terras mais baixas de Alijó ou ao vale cavado do rio Tinhela, poderá ter constituído uma área de fronteira entre povos na Pré e Proto-História, o mesmo se passando com o curso inferior do rio Tua. Nesta parte do Vale do Tua, onde este se assume como um autêntico desfiladeiro, correria a fronteira provincial romana – a ser assim, o planalto de Carrazeda de Ansiães integrava a Lusitânia, assinalando-se o limite mais a norte desta província hispânica na crista quartzítica da Serra de Faro. Por sua vez, este rio e este relevo, assim



Fot. 4: Escultura proto-histórica conhecida como “Porca de Murça”. (© P.C. Carvalho)



Fot. 5: Nossa Senhora da Ribeira (Carrazeda de Ansiães), lugar de travessia do Douro no passado. (© P. C. Carvalho)

como a omnipresente Serra de Passos / Santa Comba, constituiriam também limites entre *civitates*, da mesma forma que, em Época Medieval e Moderna e nos dias de hoje, marcam os limites entre concelhos e, como acontece com o curso inferior do Tua, entre distritos.

A coincidência entre limites administrativos atuais e antigos, mantendo-se imutáveis ao longo de séculos ou mesmo de milénios, é uma proposta que importa relevar numa perspetiva transversal aos estudos – a Geoetnografia ou geografia política antiga desta região terá mantido alguns dos traços que a configuraram em diferentes épocas. As permanências inscritas num tempo longo também se observam, porém, nas formas de ocupar o espaço. Muitos povoados proto-históricos continuam habitados em Época Romana. As comunidades que neles vivem em Época Romana estendem as áreas construídas pelas encostas, até às planuras dos vales. Será igualmente nos sopés desses cabeços que, durante a Idade Média, se estruturarão as aldeias e vilas – e este povoamento antigo está frequentemente na origem de muitas das atuais

povoações. Também algumas das estradas atuais que cruzam esta região, acabam por reproduzir, *grosso modo*, antigos caminhos, com origens pré-romanas e estruturados em Época Romana, mas que continuaram a ser percorridos nos séculos seguintes. Caminhos que, perante a rudeza da orografia, encontram no Tua (e noutros rios), pontos de passagem inevitáveis, importantes lugares de barcas pendulares até há pouco tempo. Antigos trajetos intemporais que, por aproveitarem corredores naturais de circulação, cruzaram o tempo e a História.

O vale do rio Tua, onde este se apresenta mais cavado, dificultou as comunicações de longo curso, gerou diferenças, afastou e separou regiões. Constituiu, até tempos relativamente recentes, um acidente geográfico fraturante no seu curso mais próximo do Douro. Constituiu sempre uma linha de fronteira, muito mais do que geográfica. Ao mesmo tempo, uniu as comunidades ribeirinhas das margens do rio. Constituiu, a esta outra escala, uma linha de contacto, um fator de convergência, um traço de união material e



Fot. 6: Rio Tua e linha / estação de caminho de ferro junto às Caldas de S. Lourenço (Pombal, Carrazeda de Ansiães). (© P.C. Carvalho)

simbólica, exemplarmente atestado nas múltiplas barcas de passagem do Tua, nas relações próximas entre aldeias opostas e no máximo aproveitamento económico das margens do rio e das encostas do vale, mesmo quando estas se mostravam mais agrestes e abruptas.

Na área do curso inferior do rio Tua, coberta previsivelmente pela albufeira do AHFT, não abundam os vestígios arqueológicos. Na margem direita do rio, próximo da sua foz, destaca-se um abrigo com arte rupestre do Paleolítico Superior. Na área da albufeira, ao longo de c. 420 hectares, ficou unicamente submerso o conjunto de abrigos pré-históricos da Quinta do Barrabás e, parcialmente submerso, o povoado pré-histórico das Regadas. Mais a montante, no Vale de Juncal, registaram-se os vestígios de uma ocupação possivelmente relacionada com o Homem de Neandertal, mas estes terraços já não foram inundados pela nova albufeira. Os vestígios arqueológicos documentaram-se essencialmente em locais a cotas mais elevadas, distribuindo-se em número assinalável pela

área dos concelhos que enquadram o Vale do Tua. Na área hoje submersa pelo AHFT, entre muros de pedra seca, registaram-se sobretudo elementos de arquitetura vernacular, configurando um património etnológico muito rico e diversificado. Este “vale natural”, ao ser percorrido, mostrava-se como uma paisagem cultural de exceção, fortemente antropizada nos últimos séculos, no quadro da atividade agrícola e silvícola desenvolvida pelas comunidades ribeirinhas. Entre parcelas de vinha e olival armadas em socalcos, observavam-se, entre outros, fornos de secar figos ou pomares murados de laranjeiras, que a arte do Homem conseguiu encaixar em terrenos agrícolas em si mesmos insuspeitos perante as escarpas e os fortes declives. Revelavam uma paisagem histórica evolutiva onde persistiram práticas agrícolas tradicionais e traços paisagísticos singulares e, de certa forma, intemporais. Registos de memórias autênticas de um Povo e de um Vale que deverão permanecer para sempre.

Agosto de 2016



